

CLIPPING IMPRESSO 28/11/2015



INDICE

Ι.	JORNAL AQUI		
	1.1. VARA CRIMINAL		
2.	JORNAL ATOS E FATOS		
	2.1. SEMANA NACIONAL DE CONCILIAÇÃO	- 3	3
3.	JORNAL CORREIO BRAZILIENSE		
	3.1. VARA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS		
4.	JORNAL ESTADO DO MARANHÃO		
	4.1. DECISÕES		
	4.2. DESEMBARGADOR	- 7	7
	4.3. PORTAL DO JUDICIÁRIO	- 1	.0
	4.4. VARA DA MULHER	1	
5.	JORNAL O IMPARCIAL		
	5.1. AMMA - ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS	2	
	5.2. UNIDADES ADMINISTRATIVAS	3	
	5.3. VARA CRIMINAL	4	
	5.4. VARA DA MULHER	5	
	5.5. VARA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS	6 -	17
б.	JORNAL O PROGRESSO		
	6.1. AMMA - ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS	8 -	19
7.	JORNAL O QUARTO PODER		
	7.1. SEMANA NACIONAL DE CONCILIAÇÃO	0	
8.	JORNAL PEQUENO		
	8.1. JUÍZES	1	
	8.2. PLANTÃO NO TJMA	2	
	8.3. SEMANA NACIONAL DE CONCILIAÇÃO	3 –	25
	8.4. VARA CRIMINAL	6	
	8 5 VARA DA MIII.HER	7	

IMPERATRIZ

Polícia cumpre mandado e prende assassino

A polícia desvendou um crime de homicídio ocorrido na cidade de Imperatriz, ha cerca de um ano, em 24 de dezembro de 2014. Francisco Pereira da Silva, principal suspeito do homicídio, foi preso pela Polícia Civil, na madrugada desta sexta-feira (27). Vítima foi Eva Lima Cavalcante, 42 anos. morta com quatro disparos de arma de fogo na cabeça. A execução aconteceu em frente à loja de Conveniência 24 horas, localizada na Praca da Cultura. O assassino na época chegou em uma moto, de propriedade de "Rosângela", namorada de Francisco e amiga de Eva. Imagens de câmeras instaladas próximo ao local identificaram a moto e o suspeito do crime.

A prisão de Francisco Pereira aconteceu em cumprimento a uma mandado de prisão preventiva, expedido pela Juíza Cristiana de Sousa Ferraz, no ano de 2013, na época titular da 4ª Vara Criminal, pelo crime de roubo.



TJMA promove
"I Balcão de
Renegociação de
Dívidas" a partir
desta segunda (30)

TJMA promove "I Balcão de Renegociação de Dívidas" a partir desta segunda (30)

O Poder Judiciário do Maranhão promove no período de 30 de novembro a 4 de dezembro, o "I Balcão de Renegociação de Dívidas" – evento idealizado pelo Núcleo de Conciliação do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), para ampliar as oportunidades de acordos com clientes em situação de inadimplência. A abertura acontecerá nesta segunda-feira (30), às 09h, no Centro de Convenções Pedro Neiva de Santana (Sebrae/Cohafuma), com a presença de representantes dos órgãos, instituições e empresas parceiras.

Durante a programação, empresas e instituições de variados ramos (energia, telefonia, bancos, educação, lojistas, seguros, etc.) irão disponibilizar stands, para receber o público, identificar seus débitos e oferecer condições de pagamento.

A ação integra o programa "Consumidor Adimplente – Cidadão com Plenos Direitos", criado pelo presidente do Núcleo de Conciliação do TJ, desembargador José Luiz Almeida, e pelo coordenador, juiz Alexandre Abreu.

Alexandre Abreu explica que a ideia é fomentar a cultura da negociação direta, com vistas a evitar o superendividamento da pessoa natural, estimular o crédito responsável e a educação financeira do consumidor.

"Queremos assegurar ao cidadão a oportunidade de saldar débitos, de acordo com sua capacidade de pagamento, resgatando, assim, a condição de consumidor sem restrições, o que possibilitará seu retorno ao mercado de consumo. Para isso, contamos com o apoio incondicional dos parceiros para apresentarem boas propostas, durante o evento", explica.

DOCUMENTOS - Os consumidores interessados em renegociar dívidas devem comparecer ao local, munidos de cópias e originais de documentos pessoais, além de comprovantes da dívida adquirida (contas, boletos etc.).

EMPRESAS/INSTITUI-ÇÕES – Estarão presentes no I Balcão de Renegociação de Dívidas: Alvorada Motos, Banco do Brasil, Bradesco, Caema, Caixa, Câmara dos Dirigentes Lojistas (CDL), Centro de Apoio aos Pequenos Empreendimentos (Ceape), Claro/Sim, Dalcar, Faculdade Facam, Faculdade Pitágoras, Fecomércio, Itaú, Gabryella, Mapfre Seguros, Marcopol, Mateus Supermercados, NET, Oi, Secretaria da Fazenda (Sefaz), Secretaria Municipal da Fazenda (Semfaz) e Sindicato das Indústrias da Construção Civil (Sinduscon).

APOIO - A iniciativa conta com a parceria do SEBRAE; da Associação Comercial do Maranhão (ACM-MA); Câmara Brasileira de Mediação e Arbitragem Empresarial (CB-MAE); Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem Empresarial da Associação Comercial do Maranhão (CB-MAE-MA); Federação das Associações Empresariais do Maranhão (FAEMA); e da Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil (CACB).

*Mais informações podem ser obtidas por meio do Telejudiciário (0800-7071581) e dos Centros de Conciliação do Fórum – (98) 3194-5676, e da Rua do Egito – (98) 3261-6280.

Dilma processada por Pasadena

Uma ação popular que corre na Vara de Interesses Difusos e Coletivos do Tribunal de Justiça do Maranhão virou uma dor de cabeça para a presidente Dilma Rousseff. Na petição, o advogado Pedro Leonel Pinto de Carvalho pede a anulação da compra da refinaria de Pasadena e que a presidente seja responsabilizada pelo negócio. A defesa da presidente está a cargo da Advocacia-Geral da União e da Petrobras.

Presença de lixões em calçadas é recorrente

Resíduos são descartados em calçadas de várias ruas por moradores dos bairros; as equipes de limpeza pública fazem o recolhimento regularmente; no entanto, mais lixo é jogado nesses locais

Apesar do avanço na gestão de resíduos sólidos com o fechamento do Aterro da Ribeira, antigo lixão de São Luís, pequenos lixões em vias da capital maranhense ainda são um desafio. Muitas ruas de São Luís ainda têm como característica a presença de montes de entulho, móveis velhos e outros resíduos, o que impede a passagem de pedestres além de provocar outros problemas.

Por determinação judicial, a Prefeitura de São Luís interditou definitivamente em julho o Aterro da Ribeira, para onde os rejeitos da cidade eram enviados. Desde então, novo destino do lixo produzido na cidade é o aterro sanitário, situado na localidade Buenos Aires, no município de Rosário. Parte do problema do lixo em São Luís está resolvida, mas ainda há questões a serem solucionadas como a presença dos pequenos lixões em várias vias.

Casos

A Rua Castro Alves, no Monte Castelo, é uma dessas ruas. São dois pontos de descarte de resíduos, ambos sobre as calçadas. Em um deles, um longo trecho do passeio público está tomado por entulho e lixo doméstico. Segundo os trabalhadores da região, moradores das imediações descartam lixo no local. As equipes de limpeza passaram regularmente para recolher os rejeitos, mas logo depois que isso é feito,

pessoas voltam a descartar lixo.

O motorista José de Ribamar Pereira Filho conta que ele e os colegas de trabalho sempre pedem que as pessoas procurem outro local para deixar os resíduos. Mas é em

"Quando terminam de limpar, vem um e joga lixo"

vão. "Falta mais educação para esse povo. Quando terminam de limpar, vem um e joga lixo. Isso prejudica todo mundo. Tinha até uma banca de lanche e o dono tirou porque não aguentava mais o lixo cada vez mais perto", lembrou.

Na mesma via, poucos metros à frente, em direção à Avenida Senador Vitorino Freire, outro ponto que se tornou um lixão. A frase "Proibido Jogar Lixo" está pintada no muro, no entanto, o dizer vem sendo ignorado e fica localizado, ironicamente, atrás de montes de entulho, móveis velhos e lixo em geral.

O mesmo ocorre na Rua Cidade Nova, na Coreia de Cima, parte da calçada já se tornou um lixão. Apesar do container colocado pela Prefeitura, os resíduos ficam espalhados no chão, principalmente materiais de construção. "São os



Calçada, na Rua Castro Alves, no Monte Castelo, está tomada por lixo

próprios moradores que fazem isso. Tiram o lixo da porta deles e jogam aqui, como se estivesse tudo bem", disse Fernanda Silva.

Na Rua Coelho Neto, no Centro, a situação é semelhante, mas a quantidade de lixo espalhada é maior. Os rejeitos já ocuparam toda a calçada e avançam para a rua. Sacos de lixo também já caíram em uma tubulação de esgoto, que está sem tampa, sinalizada apenas por uma tábua. Na manhã de ontem, um gari recolhia apenas os resíduos de menor volume. O restante, como galhos de árvore e tábuas, deveria ser recolhidos em uma caçamba.

A Prefeitura foi procurada, mas não respondeu, até o fechamento desta página.●

LOURIVAL SEREJO

Quando os soldados morrem

o fim de outubro próximo passado, na cidade de Barra do Corda, um soldado jovem foi assassinado. Os jornais que noticiaram o crime mostraram a foto de um rapaz de rosto firme com brilho de vida nos olhos. Nada fora do comum, nestes dias de violência, traz essa notícia. Afinal, de vez em quando, estão matando soldados.

O relato desse assassinato despertou minha atenção ao tomar conhecimento de que a vítima era egressa do último concurso realizado para o ingresso na carreira da Política Militar do Maranhão. Igual ao soldado Dantas, de 25 anos de idade, outros seis soldados do mesmo concurso já foram assassinados. Vejam bem: sete jovens soldados foram assassinados em um pouco espaço de tempo. Nesse número, não estão os outros mais antigos, também assassinados.

Esse último concurso realizado para soldados combatentes da nossa Polícia Militar desencadeou, aproximadamente, quinhentos mandados de segurança. Até hoje, ainda há ações dessa natureza para serem julgadas. No Tribunal de Justiça, os gabinetes de desembargadores transformaram-se em locais de súplicas e, até mesmo, de desespero de vários impetrantes. Alguns chegavam a chorar. Todos jovens sonhadores, angustiados, dizendo que seu sonho de vida era ser soldado; que haviam estudado muito, com a ânsia de serem aprovados; que precisavam daquele emprego a todo custo; e muitos outros argumentos. Passaram meses e meses estudando. Depois de aprovados num concurso difícil e muito concorrido, submeteram-se a um longo período de treinamento, para depois serem atirados nos desafios da profissão.

É por essas imagens que fico penalizado com a notícia aqui referida. Não sei se esses soldados assassinados estavam

entre aqueles que foram aos nossos gabinetes. Eram todos jovens que passaram a vida sonhando com um ideal, sem saber que a sua conquista abreviaria suas vidas.

Com a aprovação no concurso, esses policiais sentiram-se realizados por terem alcançado o objetivo dos seus esforços nos últimos anos. Ocorre que os sonhos deles não se estancariam com a nomeação. Tinham apenas atravessado uma passagem estreita que os levaria a uma sequência de operações no dia a dia de cada um. Com a morte, todo esse processo foi bruscamente interrompido.

No estado de violência em que vivemos, nos últimos anos, os policiais vivem a tensão do cotidiano com a incerteza do anoitecer. O Estado e a sociedade deveriam dispensar mais atenção aos nossos policiais militares, dando-lhes o reconhecimento e a proteção que merecem. Se alguns transgridem seus deveres, devem ser recuperados pelos respectivos comandos, para que retornem para o lado sadio da ética e do catecismo da Instituição.

Os sete soldados jovens, mortos de forma violenta, ficarão na galeria do anonimato, pelo breve tempo que vestiram a farda que tanta almejaram. Serão eternizados apenas nas memórias das namoradas, dos amigos e dos familiares que aplaudiram e ficaram orgulhosos com suas aprovações.

Nesta oportunidade, é confortável dizer aos seus familiares que seus atos - ainda que breves -, no exercício de suas funções, com certeza tornaram melhor a vida de uma comunidade. Em cada dia de trabalho, contribuíram para transformar o ambiente em que atuavam em um espaço melhor e mais seguro.

A vítima era egressa do concurso realizado para o ingresso na carreira da PM

Maranhense na Andes

A presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargadora Cleonice Freire, assumiu ontem a vice-presidência da Associação Nacional dos Desembargadores (Andes) para o triênio 2015-2018. Freire recebeu o cargo do desembargador Bartolomeu Bueno,

presidente eleito da Andes.

A solenidade de posse aconteceu na sede da entidade, no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro.

Processo Judicial Eletrônico

O Poder Judiciário do Maranhão deu início ao julgamento de processos judiciais eletrônicos no âmbito da Justiça de 2º grau. Na próxima segunda-feira, o sistema do Processo Judicial Eletrônico (PJE) será implantado em mais 16 varas cíveis, ampliando para 62 o número de unidades jurisdicionais de 1º grau dotadas com a tecnologia. Três processos já foram julgados pelo novo sistema na Justiça de 2º grau. Na presidência da sessão inaugural estava o desembargador Joaquim Figueiredo, que se disse lisonjeado.

Figueiredo considerou a sessão o pontapé inicial para que o PJE seja implantado em todos os órgãos do Tribunal de Justiça do Maranhão em pouco tempo. O desembargador apontou a celeridade e a economia processuais como alguns dos benefícios que o PJE trará em breve ao Tribunal.

Justiça de 2º grau passa a ter julgamentos por PJE

Sistema será implantado em mais 16 varas cíveis, ampliando para 62 o número de unidades jurisdicionais de 1º grau dotadas com a tecnologia

a sessão das Câmaras Criminais Reunidas, realizada ontem, o Poder Judiciário do Maranhão deu início ao julgamento de processos judiciais eletrônicos no âmbito da Justiça de 2º grau. Na próxima segunda-feira, 30, o sistema do Processo Judicial Eletrônico (PJE) será implantado em mais 16 varas cíveis, ampliando para 62 o número de unidades jurisdicionais de 1º grau dotadas com a tecnologia.

Três processos foram julgados pelo novo sistema na sessão inaugural na Justiça de 2º grau, cuja presidência foi exercida pelo desembargador Joaquim Figueiredo, que se disse muito lisonjeado. Ele considerou a sessão como um pontapé inicial para que o PJE seja implantado em todos os órgãos do TJMA em pouco tempo.

Celeridade

O desembargador apontou a celeridade e a economia processuais como alguns dos benefícios que o PJE trará em breve ao tribunal. "Eu espero que o próximo presidente implemente em todo o Tribunal de Justica não só a Egrégia Corte, como também nas comarcas e demais varas do Estado do Maranhão", completou Joaquim Figueiredo.

Os outros magistrados presentes à sessão exaltaram a chegada do PJE ao Tribunal. Dentre eles, João Santana relembrou a evolução dos julgamentos até a implementação do suporte eletrônico; José Luiz Almeida enalteceu o momento histórico e destacou a atuação da equipe de implantação e assessores para o bom funcionamento do sistema, comentário este reforçado pelos demais desembargadores.

A diretora judiciária do TJMA, Denyse Batista, definiu o julgamento de ontem como um marco para o Tribunal de Justiça do Maranhão.

Resultado

O coordenador de implantação do PJE, juiz Roberto Abreu, que teve seu trabalho reconhecido por todos, disse estar feliz com o resultado satisfatório da primeira sessão no tribunal.

"São os primeiros passos que, certamente, nos trarão a segurança necessária, para que as outras competências jurisdicionais, as outras câmaras, passem a receber processos eletrônicos, e a gente mude essa estatística de processos, facilitando, obviamente, o ingresso de novos processos em suporte eletrônico", avaliou o juiz.

Para o diretor de Informática e Automação, Jorge Henrique Oliveira, ressaltou a determinação da presidente do Tribunal, desembargadora Cleonice Freire, que colocou a implantação do sistema como prioridade na sua gestão. Para ele, o momento do julgamento é o ápice do trabalho que vem sendo desenvolvido há dois anos pela equipe técnica. "O TJ deu um grande passo, e fico feliz por poder participar desse momento histórico", disse.

Dados

A primeira unidade a utilizar o PJE no Judiciário maranhense foi o Juizado da Fazenda Pública em São Luís, no dia 22 de outubro de 2013. Até o momento, o sistema foi implantado em mais 28 juizados, oito turmas recursais, cinco varas da Fazenda Pública, três varas de Execução Fiscal e uma vara de Interesses Difusos e Coletivos. Na segunda, será a vez de 16 varas cíveis.

De acordo com dados da Diretoria de Informática, na Justiça Especial (juizados), desde o início da implantação, foram distribuídos eletronicamente 56.781 processos, com 35.535 julgados. Nas turmas recursais, são 2.640 distribuídos, dos quais 100 foram julgados.

No estado, estão cadastrados para utilizar o PJE 10.036 operadores do direito, sendo 9.751 advogados, 150 procuradores do Ministério Público, 30 procuradores da Procuradoria Geral do Estado, 30 procuradores da Procuradoria Geral do Município e 75 defensores públicos. ●

> O PJE oferece diversos benefícios ao TJ



O desembargador José Luiz Almeida destacou a atuação da equipe de implantação do sistema eletrônico

São os primeiros passos que, certamente, nos trarão a segurança necessária, para que as outras competências jurisdicionais, as outras câmaras, passem a receber processos eletrônicos"

JUIZ ROBERTO ABREU Coordenador de implantação do PJE Judiciário em ação pela paz nos lares **MARANHENSES**

Uma grande mobilização de combate a violência contra a mulher será realizada do dia 30 deste mês até dia 4, sob o comando do Poder Judiciário do Maranhão. É a 3ª Semana da "Justiça pela Paz em Casa", que vai priorizar audiências e julgamento dos processos criminais em que as mulheres figuram como vítimas.

REPUDIO

Ato público contra morte de Maísa

Juízes de várias comarcas maranhenses se deslocarão na próxima segunda-feira (30) para a cidade de Urbano Santos, a 270km de São Luís, para participar de um ato público em repúdio ao assassinato da garota Maísa Moreno, de 6 anos, ocorrido no último domingo, e contra a barbárie que resultou na depredação de vários prédios públicos, dentre os quais, o fórum. A mobilização está sendo organizada pela Associação dos Magistrados do Maranhão (Amma), em parceria com o juiz titular da comarca, Samir Mohana.



Maisa teve seus últimos minutos de vida expostos nas redes sociais



O Judiciário maranhense não pode cruzar os braços para esta barbárie generalizada que tomou conta da sociedade. Precisamos erguer nossa voz e exigir um basta. Chega de Maísas mortas, chega de desrespeito e violência, inclusive contra as instituições

juiz Gervásio Santos , presidente da Associação dos Magistrados do Maranhão



Ato público

O presidente da Amma também esteve no Tribunal de Justiça ontem, para comunicar a realização do ato público e pedir celeridade na reforma do fórum de Urbano Santos, e recebeu todo o apoio do futuro presidente do TJMA, desembargador Cleones Cunha. O desembargador Jamil Gedeon, coordenador da Infância e Adolescência, garantiu que será instalada no fórum uma Sala de Depoimento sem Dano (espaço em que são ouvidas crianças vítimas de abuso sexual), que receberá o nome de Maisa Moreno.

Apoio aos familiares

O ato público acontecerá às 14h30, no auditório do Centro Administrativo da Prefeitura de Urbano Santos.

Além de diretores da Amma e magistrados de diversas comarcas, o evento contará com a presença do secretário de Segurança Pública do Estado, Jefferson Portela, de familiares da garota assassinada e pessoas da comunidade.

Na manhã de ontem, o presidente da Amma, juiz Gervásio Santos, recebeu a visita do juiz Samir Mohana para definir a organização do ato público.

Além de protestar contra o assassinato e levar apoio aos familiares da menina, os magistrados maranhenses farão manifestação de repúdio contra a forma criminosa que a imagem da garota foi exposta nas redes sociais, por meio de vídeos gravados em seus últimos minutos de vida, e prestarão solidariedade ao juiz Samir Mohana, que esteve sob ameaça durante a depredação do fórum.

"O Judiciário maranhense não pode cruzar os braços para esta barbárie generalizada que tomou conta da sociedade. Precisamos erguer nossa voz e exigir um basta. Chega de Maísas mortas, chega de desrespeito e violência, inclusive contra as instituições", declarou o juiz Gervásio Santos.

RETRATO DA HISTÓRIA



Registro do monumento da Deusa da Justiça, que fica localizada na sede do Tribunal de Justiça do Maranhão. Na verdade, Têmis, a deusa grega guardiã dos juramentos dos homens e da lei, sendo que era costumeiro invocá-la nos julgamentos perante os magistrados. Por isso, foi por vezes tida como deusa da justiça, título atribuído na realidade a Dice, cuja equivalente romana é a Deusa Justiça.

IMPERATRIZ

Polícia cumpre mandado e prende acusado de homicídio

A polícia desvendou um crime de homicídio ocorrido na cidade de Imperatriz, há cerca de um ano, em 24 de dezembro de 2014. Francisco Pereira da Silva, principal suspeito do homicídio, foi preso pela Polícia Civil, na madrugada de ontem. Vítima foi Eva Lima Cavalcante, de 42 anos, morta com quatro disparos de arma de fogo na cabeça. A execução aconteceu em frente à loja de Conveniência 24 horas, localizada na Praça da Cultura. O assassino na

época chegou em uma moto, de propriedade de "Rosângela", namorada de Francisco e amiga de Eva. Imagens de câmeras instaladas próximo ao local identificaram a moto e o suspeito do crime.

A prisão de Francisco Pereira aconteceu em cumprimento a um mandado de prisão preventiva, expedido pela juíza Cristiana de Sousa Ferraz, no ano de 2013, na época titular da 4ª Vara Criminal, pelo crime de roubo.

MOBILIZAÇÃO

Campanha combaterá a violência contra a mulher

O Poder Judiciário do Maranhão realiza, de 30 de novembro a 4 de dezembro, a 3ª Semana da Justiça pela Paz em Casa - mobilização que combate a violência contra a mulher. Nesse período será priorizada a realização de audiências de instrução e julgamento dos processos criminais em que mulheres figuram com vítimas, e os cíveis ou de família em que esse público é parte interessada.

No estado, a semana é coordenada pela presidente da Cemulher, desembargadora Ângela Salazar, e pelo juiz membro da coordenadoria, Júlio Praseres.

Em São Luís, as audiências

serão dirigidas pelo juiz da Vara Especializada da Mulher, Nelson Moraes Rêgo, e outros cinco magistrados, nas varas de família, cíveis e criminais.

A primeira edição foi lançada em São Luís, pela vice-presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministra Cármen Lúcia Rocha, idealizadora da campanha, e a presidente do TJMA, desembargadora Cleonice Freire, de 9 a 13 de março deste ano (em alusão ao Dia Internacional da Mulher). Foram realizados, em âmbito nacional, 17.113 audiências, 146 júris e 10.590 sentencas. A segunda edição (3 a 7 de agosto) resultou em 17.448 audiências. 159 júris e 10.167 sentenças.

Dilma processada por Pasadena

Uma ação popular que corre na Vara de Interesses Difusos e Coletivos do Tribunal de Justiça do Maranhão virou uma dor de cabeça para a presidente Dilma Rousseff. Na petição, o advogado Pedro Leonel Pinto de Carvalho pede a anulação da compra da refinaria de Pasadena e que a presidente seja responsabilizada pelo negócio. A defesa da presidente está a cargo da Advocacia-Geral da União e da Petrobras.

"Precisamos discutir o parlamentarismo. Numa crise dessas, um governo parlamentarista já teria caído. Aqui, estamos agonizando com a toada da dupla sertaneja PT-PMDB"

Danilo Forte (PSB-CE), deputado

Escolas ainda não podem Cobrar 2ª parcela de 2016

Escolas particulares não podem condicionar matrícula e rematrícula de alunos à aquisição de material escolar de editora indicada pelo estabelecimento. Também estão impedidas de cobrar a parcela da matrícula juntamente com a 2ª parcela da anuidade de 2016, ainda no mês de dezembro do ano em curso. É o que determina a decisão do juiz Clésio Coelho Cunha, da Vara de Interesses Difusos e Coletivos de São Luís, ao julgar Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público Estadual. A multa diária em caso de descumprimento é de R\$ 5 mil.



Revoltada com o estupro e assassinato de uma menina, a população cercou a delegacia e incendiou o fórum

Magistrados farão ato público em Urbano Santos em repúdio à barbárie

Juízes de várias comarcas maranhenses se deslocarão na próxima segunda-feira (30) para a cidade de Urbano Santos, a 270 Km de São Luís, para participar de um ato público em repúdio ao assassinato da garota Maisa Moreno, de 6 anos, ocorrido no último domingo, e contra a barbárie que resultou na depredação de vários prédios públicos, dentre os quais o fórum. A mobilização está sendo organizada pela Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA), em parceria com o juiz titular da comarca, Samir Mohana. O ato público acontecerá às 14h30, no auditório do Centro Administrativo da Prefeitura de Urbano Santos. Além de diretores da AMMA e magistrados de diversas comarcas, o evento contará com a presença do secretário de Segurança Pública do Estado, Jefferson Portela, de familiares da garota assassinada e pessoas da comunidade.

Na manhã dessa sextafeira (27), o presidente da AMMA, juiz Gervásio Santos, recebeu a visita do juiz Samir Mohana para definir a organização do ato público. Além de protestar contra o assassinato e levar apoio aos familiares da menina, os magistrados farão manifestação de repúdio contra a forma criminosa que a imagem da garota foi exposta nas redes sociais, por meio de vídeos gravados em seus últimos minutos de vida e em solidariedade ao juiz Samir Mohana, que esteve sob ameaça durante a depredação do fórum.

"O Judiciário maranhense



Fórum de Urbano Santos foi parcialmente incendiado



Revoltada, a população cercou a delegacia de Urbano Santos

não pode cruzar os braços para esta barbárie generalizada que tomou conta da sociedade. Precisamos erguer nossa voz e exigir um basta. Chega de Maísas mortas, chega de desrespeito e violência, inclusive contra as instituições", declarou o juiz Gervásio Santos.

O presidente da AMMA também esteve no Tribunal de Justiça nessa sexta para comunicar a realização do ato público e pedir celeridade na reforma do fórum de Urbano Santos, com todo o apoio do futuro presidente do TJMA, desembargador Cleones Cunha. O desembargador Jamil Gedeon, coordenador da Infância e Adolescência, garantiu que será instalada no fórum uma Sala de Depoimento sem Dano (espaço em que são ouvidas crianças vítimas de abuso sexual), que receberá o nome de Maisa Moreno.

Abertura do I Balcão de Renegociação de Dívidas do TJ-MA

A abertura da primeira edição do Balcão de Renegociação de Dívidas do Tribunal de Justiça do Maranhão acontece nesta segunda-feira, 30, às 9h, no Multicenter Sebrae. A inciativa é coordenada pelo Núcleo de Conciliação (Nupemec/TJMA).

Durante o balcão, as empresas participantes abrirão seus stands para receber o público, identificar suas dívidas e oferecer condições de pagamento. A iniciativa integra o programa "Consumidor Adimplente – Cidadão com Plenos Direitos", apresentado pelo presidente do Nupemec/TJMA, desembargador José Luiz Almeida, e o coordenador, juiz Alexandre Abreu, e tem o objetivo de difundir a cultura da negociação direta como mecanismo para evitar o superendividamento, estimulando o crédito responsável e a educação financeira do consumidor.

Alto Parnaíba

Audiência na Câmara aborda prevenção de gravidez, pedofilia e violência doméstica

A Promotoria de Justiça da comarca de Alto Parnaíba promoveu, na manhã de 20 de novembro, na Câmara de Vereadores do município, audiência pública para tratar dos temas prevenção de gravidez na adolescência, pedofilia e violência doméstica. Na ocasião, o promotor de Justiça Tiago Quintanilha Nogueira, titular da comarca, proferiu palestra, abordando a temática do combate à pedofilia.

Também se pronunciaram no evento a juíza Vanessa Machado Lordão, a procuradora do município, Hozayra Holemberg, e a psicóloga do Centro de Referência de Assistência Social (Cras),

Priscilla Mendes Fonseca. Elas discorreram sobre assuntos como Lei Maria da Penha, gravidez na adolescência e programas sociais do Cras.

PEDOFILIA

Em seu discurso, o promotor Tiago Quintanilha Nogueira ressaltou que constatação de casos de pedofilia no município motivou a abordagem do tema. "O problema tem afetado a nossa cidade e por isso deve ser combatido. E possível que pessoas presentes aqui saibam de crianças vítimas de abusos cometidos por adultos". O representante do MPMA explicou que a pedofilia é um transtorno mental de ordem sexual, conforme classificação da Organização Mundial de Saúde (OMS). "A relação sexual ou a prática de atos libidinosos praticados por adultos contra crianças e adolescentes menores de 14 anos de idade, ainda que haja consentimento da criança ou adolescente, é crime hediondo se o fato for praticado por adulto e ato infracional se for cometido por adolescente", frisou.

Tiago Quintanilha acrescentou que armazenar ou compartilhar fotografias e vídeos pornográficos, que envolvam crianças e adolescentes, também é crime. O promotor enfatizou, ainda, o perigo de divulgar sobrenome, endereço, telefone, escola, lugares que frequenta e fotos de crianças e adolescentes. "Estes dados pessoais podem acabar nas mãos de pessoas mal intencionadas", frisou. Por último, o promotor lembrou que denúncias de pedofilia podem ser feitas diretamente ao Ministério Público, Delegacia de Polícia ou Conselho Tutelar e podem ser feitas, por telefone para o número 100 (Disque Denúncia). Representantes do Executivo e Legislativo do município igualmente estiveram presentes na audiência, que contou com ampla participação popular.

(Ascom MPMA)

Desembargador José de Ribamar Castro permanece no plantão até domingo

O desembargador José de Ribamar Castro responde pelo plantão judiciário de 2º grau até domingo (29). Serão recebidas apenas demandas urgentes, nas esferas cível e criminal, incluindo pedidos de habeas corpus, mandados de segurança, medidas cautelares (por motivo de grave risco à vida e à saúde das pessoas), decretação de prisão provisória, entre outros.

Os servidores plantonistas são Vânia de Oliveira Azevedo

Vânia de Oliveira Azevedo
e José de Jesus Costa, que
atenderão pelo número (98)
98815-8344. Além das
providências necessárias ao
cumprimento de qualquer
decisão determinada na ação, os
servidores são os responsáveis
pelo processamento e
encaminhamento das ações ao
desembargador de plantão.

HORÁRIO

Nos dias úteis, o plantão judiciário funciona entre o final do expediente do dia e o início do expediente do dia seguinte. Aos sábados, domingos e feriados – inclusive os de ponto facultativo – entre o final do último dia útil anterior e o início do expediente do primeiro dia útil seguinte.

TJ promove balcão de renegociação de	e dívidas
--------------------------------------	-----------

.... INFORME JP - PAG 3 [C1]

Renegociação de dívidas

O Poder Judiciário do Maranhão promove, de 30 de novembro a 4 de dezembro, o "I Balcão de Renegociação de Dívidas" – idealizado pelo Núcleo de Conciliação do Tribunal de Justiça para ampliar as oportunidades de acordos com clientes em situação de inadimplência. A abertura acontecerá nesta segunda-feira (30), às 09h, no Centro de Convenções Pedro Neiva de Santana (Sebrae/Cohafuma), com a presença de representantes das instituições e empresas parceiras. Durante a programação, empresas e instituições de variados ramos (energia, telefonia, bancos, educação, lojistas, seguros, etc.) irão disponibilizar stands, para receber o público, identificar seus débitos e oferecer condições de pagamento.

Dívidas

Vem aí o I Balcão de Renegociação de Dívidas, realizado pelo Tribunal de Justica do MA, de 30 de novembro a 4 de Dezembro, no Centro de Convenções Pedro Neiva de Santana (Cohafuma). A abertura do evento acontecerá na segunda--feira, 30, às 9h. O Sebrae no Maranhão e a Câmara Brasileira de Mediação e Arbitragem Empresarial do Maranhão também estão juntos nessa ação do Tribunal de Justiça como parceiros institucionais. O Sebrae, por exemplo, vai disponibilizar técnicos e consultores para tratar sobre educação financeira, como forma de orientar as pessoas a manter suas finanças em dia, efetivando compras conscientes para que não voltem a reincidir na inadimplência.

Judiciário promove análise processual de presos provisórios do estado

O número de presos provisórios mantidos em delegacias e unidades prisionais do Maranhão deve ser atualizado pelos juízes criminais em todo o estado até o dia 4 de dezembro. O levantamento dos dados está sendo feito pela Coordenadoria de Monitoramento, Acompanhamento, Aperfeiçoamento e Fiscalização do Sistema Carcerário (UMF), desde segunda-feira (23). Em última análise feita pela UMF foram quantificados mais de 5.068 presos provisórios. No entanto, o número deverá ser atualizado por conta da existência de presos sentenciados sem Guias de Execução constando como presos provisórios. "A UMF e a Corregedoria Geral da Justiça está em processo de regularização da situação com a expedição de guias por Unidades Prisionais, conforme Resolução nº 113/2010, do Conselho Nacional de Justica (CNJ)", explica o coordenador executivo da UMF, Ariston Júnior. Segundo dados de Relatório divulgado pela UMF, o sistema carcerário do Maranhão possui um total de 10.520 presos, dos quais 8.101 em regime fechado e semiaberto, destes 6.555 em unidades prisionais, 1.344 em delegacias e 202 em APACs; e 2.419 em regime aberto (prisão domiciliar). A Secretaria da Justica e da Administração Penitenciária (Sejap) disponibiliza apenas 4.502 vagas no sistema carcerário. A metodologia da análise consiste

em encaminhamentos de ofícios da UMF e Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA) para todas as varas criminais do Estado para levantamento de informações sobre presos provisórios há mais de 100 dias nas comarcas; reexames de feitos pelos juízes criminais sobre a manutenção, ou não, da prisão dos detentos; informações sobre as solicitações de tornozeleiras eletrônicas.

Também serão regularizados todas as listagens de réus presos das secretarias judiciais das varas criminais do estado no histórico da parte, no Sistema Themis e os mandados de prisão em aberto. A execução dos trabalhos será realizada por servidores da Coordenadoria de Monitoramento, Acompanhamento, Aperfeiçoamento e Fiscalização do Sistema Carcerário (UMF) e da Secretaria de Administração

do Sistema Carcerario (UMF) e da Secretaria de Administração Penitenciária do Maranhão (Sejap), na sede da UMF. As unidades prisionais envolvidas na análise são: Penitenciária de

Pedrinhas; Penitenciária São
Luís 1; Penitenciária São Luís 2;
Central de Custódia de Presos de
Justiça (CCPJ) de Pedrinhas; Casa
de Detenção de Pedrinhas (Cadet);
Centro de Detenção Provisória de
Pedrinhas (CDP); Penitenciária
Feminina (Pedrinhas); CCPJ
do Anil; Centro de Triagem de
Pedrinhas; Unidade Prisional de
Ressocialização (UPR) do Olho
d'Água; e UPR de Paço do Lumiar.
(Ascom TJMA)

• O Poder Judiciário do Maranhão realiza, de 30 de novembro a 4 de dezembro, a 3ª Semana da "Justiça pela Paz em Casa" - mobilização que combate a violência contra a mulher. Nesse período será priorizada a realização de audiências de instrução e julgamento dos processos criminais em que mulheres figuram com vítimas, e os cíveis ou de família em que esse público é parte interessada.